

## COTIDIANO E CULTURA MATERIAL NOS ESPÓLIOS FAMILIARES DA CAPITANIA DO MARANHÃO, SÉCS. XVIII - XIX \*

ANTONIA DA SILVA MOTA \*\*

*Resumo:* Aborda-se aspectos do cotidiano e da cultura material no antigo Estado do Grão-Pará e Maranhão com base em Inventários *post-mortem*.

*Palavras-chave:* Brasil Colônia. História do Maranhão. Cotidiano e cultura material.

*Abstract:* one on the basis of approaches aspects of the daily one and the material culture in tue old one Beem of Grão-Pará e Maranhão Inventories *post-mortem*.

*Keywords:* Brazil Colony. History of the Maranhão. Daily and material culture.

**D**urante século e meio de colonização o antigo Estado do Grão-Pará e Maranhão não recebeu maiores atenções da metrópole portuguesa. A situação somente mudaria com as Reformas implementadas pelo Ministério Pombalino, em especial, com a montagem da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. A partir daí, como resultado da centralização política e diversificação econômica executadas

---

\* Professora do Departamento de História - UFMA. E-mail: antoniamota@elo.com.br)

pela mão forte do Marquês de Pombal, a região passaria por profundas transformações. Tanto que, já nas últimas décadas do século XVIII, aquela Colônia se tornaria a quarta em exportação de produtos nos domínios portugueses da América.<sup>1</sup> Em consequência, já em inícios do século XIX, a cidade de São Luís, sede da capitania do Maranhão, possuía uma população em torno de doze mil habitantes.<sup>2</sup> Através de seu porto entravam os escravos africanos e os artigos manufaturados e saíam os produtos da pauta de exportação, principalmente o algodão e o arroz.

Atualmente o Arquivo do Tribunal de Justiça do Maranhão guarda uma coleção de Inventários *post mortem* de moradores que viveram na região naquele período. Através destes documentos é possível uma aproximação do cotidiano daquelas famílias; conhecer suas ocupações, o interior de suas casas, os utensílios e ferramentas usadas em suas unidades produtivas, entre outras coisas. Nestes documentos estão representados vários segmentos sociais: fazendeiros, funcionários civis e eclesiásticos, comerciantes, oficiais mecânicos (alguns destes alforriados), viúvas, mulheres solteiras, entre outros; assim como, existem referências recorrentes sobre as populações escravizadas.

### 1. Proprietários rurais absenteístas

Verificou-se que mais da metade dos moradores que tiveram seus bens inventariados eram proprietários rurais, grande parte deles plantadores de algodão e arroz. Estes possuíam unidades agrícolas situadas principalmente nas férteis ribeiras do rio Itapecuru, distante algumas léguas da cidade de São Luís, mas de fácil acesso pelo baía de São José, onde este rio deságua. Outros poucos possuíam propriedades na ribeira do Mearim e outros rios que deságuam na baía de São Marcos, no chamado Golfão Maranhense, nas proximidades da ilha onde estava estabelecida a sede da Capitania.

Os proprietários cultivavam seus gêneros em grandes propriedades sesmarias, quase sempre com as dimensões de “três léguas de comprido por uma de largo”, como se grafava na época. Alguns inventariados chegaram a possuir até quatro sesmarias, adquiridas por doações sucessivas ou por compra. Foi o caso do fazendeiro Alexandre Ferreira da Cruz,<sup>3</sup> cujos bens foram inventariados em 1800, possuidor

de sessenta e seis escravos, que plantavam algodão nas terras férteis do Itapecuru. A colheita daquele ano, produto de “uma roça nova e uma capoeira” alcançou a quantia de um conto e duzentos mil réis.<sup>4</sup> Como se gastava em média duzentos mil réis para demarcar uma doação sesmarial, logo os fazendeiros conseguiam repor este e outros gastos, sendo mesmo o seu maior investimento a aquisição e manutenção da mão-de-obra escrava.

Alguns plantadores de algodão possuíam mais de cem escravos em idade adulta, outros cultivavam com poucos escravos. A maioria trabalhava em médios plantéis, entre vinte a quarenta trabalhadores. A mão-de-obra especializada era reduzida, quase sempre ferreiros, pedreiros, carapinas. Neste período, os escravos em idade adulta já eram em sua maioria originários da Áfricaa. No início, quando da montagem do sistema agroexportador, muitos com origem indicada como de Guiné, Cacheu ou Angola. Logo, no início do séc. XIX, passaram a ser de várias etnias: Mandinga, Balandra, Bijagó, Fulupo, Papel, Cassange etc. Havia também uma grande quantidade de crioulos, já filhos dos primeiros escravizados trazidos ao Maranhão.

A partir dos objetos inventariados nas grandes unidades produtivas rurais, constata-se a precariedade das relações e das técnicas agrícolas; onde, em comum com as médias e pequenas propriedades, o aparelhamento se resumia ao mínimo necessário ao trabalho. Invariavelmente possuíam machados e serras para domar a vegetação nativa e preparar o terreno; enxadas, foices de abater e capinar, ferros de cova, para o cultivo dos gêneros; finalmente, engenhos de descaroçar algodão, teares de ensacar e balanças. Estes últimos para o trabalho de descaroçamento, limpeza e pesagem do algodão.<sup>5</sup> Ao lado destes objetos diretamente ligados à produção, sempre se faziam presentes outros utensílios que lhes davam sustentação, tais como: a roda de ralar mandioca e o forno de cobre, caldeirões de ferro, tachos de cobre, pilões, necessários à alimentação dos trabalhadores; os carros e juntas de boi, a canoa, para o transporte de mercadorias. Alguns espólios mencionam ainda redes de pescar, armas de fogo, candeeiros, também necessários no processo produtivo. Além destes, muitos tinham apetrechos mais elaborados, também necessários à produção, como os bancos de carapina<sup>6</sup> e as tendas de ferreiro com seus pertences.<sup>7</sup>

Compunha ainda o conjunto de bens sempre presentes nas unidades produtivas rurais, em especial naquelas com grande plantel de trabalhadores, objetos que serviam ao controle da mão-de-obra escravizada, tais como: algemas, grilhões, correntes. Em alguns espólios aparecem também celas, troncos e “viramundo”.

Totalizando cada item dos espólios inventariados: escravos, terras, casas, móveis etc., é possível mensurar e estabelecer comparações entre as fortunas da região. Ao contrário do momento anterior - antes da montagem do sistema agroexportador, observou-se uma acentuada concentração de renda neste período. Nos quarenta e sete inventários analisados, o somatório dos espólios variava entre os cento e quarenta e três mil réis da família dos pretos forros Maria Francisca da Silva e José Lopes de Lemos,<sup>8</sup> aos cento e trinta contos de réis de Pedro Miguel Lamagnère.<sup>9</sup> Salta aos olhos as distâncias entre as rendas. Se a primeira família, a dos forros, possuía apenas um casebre e alguns objetos; a segunda família, a dos Lamagnère, possuía uma quantidade interminável de bens, que atendiam não só às necessidades básicas, como satisfaziam o desejo de conforto e até de ostentação.

Outro aspecto importante, entre os moradores que tiveram seus bens inventariados no começo do século XIX, mais da metade, cinquenta e três por cento, eram proprietários rurais. Dentre estes, apenas trinta e seis por cento tinham como local de residência suas unidades produtivas rurais. Em seus espólios constavam a terra rural, os escravos, os instrumentos de trabalho, plantações etc., mas nenhuma edificação na fazenda. Portanto, o que é significativo, quase dois terços eram proprietários absenteístas. Sendo que grande parte de sua fortuna foi cristalizada em construções na cidade de São Luís, como demonstra o valor e a quantidade das casas construídas por estes no perímetro urbano. Estes residiam em bairros próximos ao porto, aos negociantes, em contato direto com o mercado externo.

A cidade, para Daniel Roche, era o ponto de concentração máxima dos gastos dos proprietários, onde descobriam novas necessidades, novos objetos, novos hábitos.<sup>10</sup> O fato da maioria dos proprietários rurais viver em São Luís, fez com que grande parte da riqueza acumulada na agroexportação fosse direcionada para gastos ligados ao mundo urbano. Particularidade que se manifesta tanto quando estudamos o

espólio das elites, onde se sobressaem as portentosas casas de moradia, o mobiliário, as louças, roupas e adereços refinados, como no espólio das famílias de exígua fortuna.

## 2. Aspectos da cultura material

Para além da análise da composição e nível dos haveres, concordando com Jean-Marie Pesez, que ressalta a “evidente relação da cultura material com os condicionamentos materiais que pesam sobre a vida do homem e às quais ele opõe uma resposta que é precisamente a cultura”,<sup>11</sup> buscou-se analisar os inventários *post-mortem* como uma manifestação do cotidiano na Colônia.

No que se refere ao aparelhamento das casas, já na segunda metade do século XVIII no Maranhão, havia famílias que acrescentavam à necessidade de repouso um conjunto de objetos com vistas ao conforto, tais como: leito, lençóis, fronhas, travesseiros e almofadas. À mesa, toalha, guardanapos, louça fina e talher completo de prata. Para guardar os objetos, possuíam baús, frasqueiras, “bofetes”, cômodas e armários. Constatou-se que, os de maior fortuna, viviam em meio aos remanescentes das populações nativas e aos escravos e alforriados, como se estivessem nas melhores cidades européias, pois conheciam certo padrão de consumo e tentavam mantê-lo nos trópicos. Como bem diz Sérgio Buarque de Holanda em sua obra *Caminhos e Fronteiras*: “em tais paragens tratam os portugueses de provocar um ambiente que se adapte à sua rotina, às suas conveniências mercantis, à sua experiência africana e asiática”.<sup>12</sup>

Claro está que o mesmo não ocorria com a maioria das famílias, reduzidas ao mínimo para sobrevivência. Estes, sem condições de ter acesso aos bens que o dinheiro e o prestígio poderiam obter, continuaram com o mesmo padrão de consumo da conjuntura anterior, senão pior. Explica-se: antes do alastramento do sistema agroexportador na região, eram comuns as referências a sítios nas proximidades dos poucos agrupamentos populacionais, estes praticamente desapareceram com o aproveitamento de todas as terras para o plantio do algodão. Portanto, o estudo dos espólios maranhenses serve menos para acompanhar a evolução dos objetos que atendem às necessidades humanas, do que

verificar a difusão destes objetos naquela sociedade: quem os possuía e em que quantidade; observando as diferenças sociais e as hierarquias, marcadas pela posse ou não destes objetos.

### 2.1. *As casas de moradia*

Apesar da extrema desigualdade dos espólios, todos os inventariados tinham casa, muitos até mais de uma. As moradias iam do “quarto de casa” aos sobrados aristocráticos, o valor destas variando conforme o tamanho, a qualidade dos materiais de construção e a localização espacial dentro do agrupamento urbano, uma vez que já neste período havia uma segregação social por bairros. As áreas mais valorizadas eram o Largo das Mercês, do Carmo e a Praia Grande, pela proximidade do porto e dos principais prédios da administração civil e eclesiástica. As construções nobres, os sobrados, ficavam à beira-mar, ao alcance dos ruídos da movimentação portuária.

Os inventários são muito sucintos na descrição dos imóveis. Eles se atêm à avaliação do terreno e estrutura da construção, apontando sempre sua altura, se térrea ou de sobrado. Mencionam ainda, brevemente, a forma de construção das paredes que sustentam a casa, se de *pedra e cal*, de *soque* ou de *taipa*, avaliando separadamente os itens *obra de pedreiro*, *obra de carapina* e *obra de ferreiro*. Os sobrados de *soque*, as construções mais aristocráticas, se erigiam a partir de uma caixa de pedra, composta pelas paredes externas e as divisões estruturais, agregando-se a seguir, o primeiro pavimento e o telhado, feitos de madeira. O coronel José Gomes de Souza possuía uma das construções mais caras e sofisticadas no começo do século XIX.<sup>13</sup> Edificada em dois lotes urbanos, no seu inventário são mencionadas além da *obra de cantaria*, a de *azulejo*, o que ainda não era comum. As construções aristocráticas se diferenciavam das demais pela “qualidade geral da construção, seus materiais mais nobres, suas decorações mais ordenadas, seus interiores mais enfeitados, [...] em que a distribuição interna se especializava, separavam-se os espaços de acolhida dos espaços íntimos”.<sup>14</sup>

Uma família de elite da época, os Gromuel, possuía quatro casas nas proximidades das Mercês; também o comerciante José Gonçalves

da Silva possuía, em 1811, “um sobrado na Praia Grande, cinco casas de morada na rua do Giz, oito casas térreas nas proximidades das primeiras, outra casa na Praia do Desterro que lhe servia de armazém e ainda uma casa térrea na rua Grande”.<sup>15</sup> Ao todo, este último proprietário possuía dezesseis imóveis na área mais valorizada da cidade, confirmando as observações de Daniel Roche, que coloca que “a casa era também um capital, uma mercadoria, um escolha de investimento, a encarnação de valores representativos e distintivos, ela via seu destino modificado pela fortuna das famílias, pelos movimentos de valorização imobiliária”.<sup>16</sup> Até mesmo entre os de reduzidas posses observou-se este tipo de investimento. Também os constantes anúncios no jornal oferecendo imóveis, e as referências nas fontes documentais sobre compra e venda de terrenos, de casas, nos leva à constatação de que este mercado envolvia vários segmentos sociais.

A maioria de nossos inventariados morava em casas térreas, sendo que os registros avançam no conhecimento dos espaços deste tipo de construção: a varanda, os quartos, o quintal, etc. O poço, cuja existência ou não era sempre mencionada, indicava a autonomia da propriedade quanto ao abastecimento de água. Também são sempre referidas as condições da cozinha, que na época se constituía num ambiente apartado da morada principal.

Nas áreas mais baixas e afastadas do porto, do centro dos poderes civil e eclesiástico, na Rua de Santa Rita, na Rua dos Covões, na Rua do Açougue, etc., encontravam-se as casas de menor valor, os chamados “quartos de casa”, e até casebres; estes últimos cobertos com pindova, uma palmeira local, e de estrutura de taipa de varas.<sup>17</sup> Henry Koster fala sobre essas moradias e estas “pequenas ruas que vão à cidade e que não estão ainda calçadas, [que] ficam cheias de regos onde as águas escorrem na época das chuvas. Essas ruas são constituídas de habitações térreas e cobertas de palha, (...) tem uma aparência humilde e triste”.<sup>18</sup>

## ***2.2. Os Hábitos alimentares***

O detalhamento dos espólios nos fala indiretamente sobre a dieta alimentar, pois em praticamente todas as propriedades rurais havia as

roças de mandioca, novas e/ou velhas. Sendo o beneficiamento deste gênero feito nas próprias unidades, como demonstra a existência constante das rodas de ralar mandioca e dos fornos de cobre para fazer a farinha. Além desta, outro alimento básico da dieta era a carne seca, e em menores proporções também carne *verde*, necessidade suprida pelos muitos pecuaristas da região, inclusive grande parte do que era produzido nas fazendas de criação extensiva era exportado, constituindo-se no terceiro item em importância da pauta de exportação da Capitania.

A estes dois alimentos básicos, que era preparado na forma de um “engrossado”, somava-se os produtos do engenho, como as rapaduras. No Estado do Maranhão, os engenhos existiam desde o século XVII, mas sempre em pequena quantidade, o morador Carlos Pereira possuía um e o mencionou quando deu conta de seus bens em seu testamento: “uma morada de casas no sitio Jandiroba, casa de engenho, engenho de moer, dois alambiques, maior e menor, uma faixa de fazer mel, um taxo pequeno de oito libras, cinco cochos de avinhar garapas, mais dois pequenos dos canos dos alambiques, um tonel de aguardentes, oitenta vasilhas”.<sup>19</sup> O engenho exigia construções mais elaboradas, devido o tempo de maturação do produto. Apenas um dos inventariados no início do século XIX possuía engenho, cuja produção era mínima, no ano de 1806 foi de apenas “três pipas de aguardente e dois garrafões da dita destilada, vinte e cinco botijões de mel e cem rapaduras”.<sup>20</sup> Os poucos engenhos não supriam as necessidades de consumo da população aqui estabelecida, vindo das capitanias mais a nordeste, o complemento.

A farinha, a carne e os produtos dos engenhos. Esta era a alimentação básica de senhores e escravos. Portanto, uma dieta pobre em nutrientes. No entanto, havia elementos que permitiam variar um pouco dieta tão monótona. Era o caso do consumo do peixe, dado que era uma sociedade que vivia no litoral e cercada de muitos rios. Por conseguinte, vários espólios acusam redes de pescar. Entre a elite, talheres para tirar peixe denunciavam que em algum momento deveriam os pescados fazer parte das refeições. Também o estoque das lojas dos comerciantes permite que se tenha idéia de cardápios mais variados, como foi registrado: “vindos de Lisboa, seis barricas de bacalhau e um fardo com 126 letras de pimenta e oito alqueires de feijão, tudo importa em 108\$731 réis”.<sup>21</sup>

Havia também hábitos incorporados há pouco tempo. Neste período, a Europa, no centro das inovações mundiais, descobria três novas bebidas, excitantes e tônicas: o café, o chá, o chocolate. Todas três trazidas de além-mar: o café é árabe (depois de ter sido etíope), o chá chinês, o chocolate mexicano. O chocolate veio para a Espanha por volta de 1520, sob a forma de bolas e placas, considerado tanto um remédio como um alimento. Acompanhando portugueses, holandeses e ingleses, o chá veio da China longínqua, onde seu uso se tinha difundido dez ou doze séculos antes.<sup>22</sup> No Maranhão deste período foram introduzidos estes gostos exóticos, pois encontramos chocolateiras em inúmeros espólios deste período. O cacau era plantado nestas terras, no Pará e mesmo no vale do Rio Mearim. Desde as médias fortunas as chocolateiras foram encontradas, de cobre ou estanho, o que leva a crer que este era um produto consumido por uma faixa mais larga de população. O mesmo não ocorria com o chá, cujo consumo estava restrito à elite social, somente nos espólios mais ricos foram encontrados “aparelhos de tomar chá”, às vezes de porcelana fina da Índia. Também no estoque das lojas foram encontradas latas de chá, com certeza importadas do Oriente.

Outro hábito revelado pelo estoque constante nos inventários *post mortem* dos lojistas era o fumo. Em uma das “lojas de fazendas” inventariadas, encontrou-se o registro de “oito rolos de fumo (2\$560)”, cinquenta e três latas de tabaco de quatro e duas libras, e de meia arroba, cada lata”, perfazendo um total de 84\$000; ainda, “duas barricas de cachimbos de sete milheiros”.<sup>23</sup> Como havia vários tipos de fumo no estoque das lojas, estes deveriam atender a faixas sociais diferenciadas. O rolo de fumo deveria ser destinado aos extratos sociais de ínfima renda ou para os escravos. Como no espólio dos ricos encontramos piteiras, cachimbos, “caixas para tabaco”, supõe-se que para eles deveriam ser destinadas as latas de tabaco.

### **2.3. O Recheio da casa: o mobiliário, os utensílios.**

O “recheio” das casas se modificava conforme a renda da família, mas é possível notar objetos que estavam praticamente em todos os espólios, como as panelas e caldeirões de ferro, as colheres,

os garfos, as facas, as bancas, os baús, os armários, os “bofetes”, as camas e redes, os oratórios, etc. Estes correspondem ao aparelhamento da cozinha, aos objetos que serviam para guardar coisas, outros que atendiam à comodidade e ao descanso. Em menor número, estavam aquelas famílias que possuíam objetos que lhes davam visibilidade social, como as jóias e adereços de acentuado valor.

### 2.3.1 A COZINHA

O que era básico em todas as cozinhas eram os caldeirões e os tachos, que poderiam ser de ferro ou de cobre. Os utensílios de arame eram comuns entre os pobres, os de ferro e cobre atingiam maior valor, mas também eram comuns. Devido à sua durabilidade, muitas vezes passavam de uma geração a outra. A seguir, em frequência, vêm panelas de ferro e as bacias de arame, grandes ou pequenas.

As famílias de médias e ricas posses conheciam uma multiplicação de utensílios na hora de preparar e servir os alimentos. Encontrou-se um aparato diversificado tanto no preparo dos alimentos, como no momento de servi-los: leiteiras, sopeiras, terrinas, bandejas, saladeiras, pratos de diversos tamanhos, talheres. Eram muito comuns os talheres de prata, também as salvas e bandejas, mesmo nos espólios dos de médias posses. Além dos objetos mais valiosos de prata, em alguns espólios havia uma relação de objetos denominados “de casquilhos”, que eram feitos com uma liga menos nobre, de estanho e cobre. De casquilhos eram feitos salvas, bandejas, saleiros, colheres de tirar peixe, serpenteiras, caixa de tabaco etc. Percebemos que os objetos vindos do Oriente, “das Índias”, como eles diziam, eram sinônimos de beleza e sofisticação, portanto, atingiam maior valor. Por exemplo, as “louças de porcelana das Índias”, os tecidos de Damasco.

No mesmo período, em 1800, em outro espólio, foram registradas louças com a denominação “de fábrica”, como: “três pratos grandes finos de fábrica (1\$200), quatorze pires ordinários de fábrica (\$700)”.<sup>24</sup> Sua procedência deveriam ser as incipientes manufaturas portuguesas do período. A indicação de objetos “ordinários” e “finos” dá conta que deveria haver uma louça para o dia-a-dia e outra para ocasiões especiais, pelo menos entre as famílias mais prósperas. Entre os de menor fortuna,

o máximo de requinte eram os faqueiros de prata, que eram passados de geração a geração através da dotação, e vendidos em caso de necessidade. Pratos também eram comuns, menos as xícaras, as chamadas tigelas de tomar café, mas estes faziam parte do mínimo dentro de uma cozinha. Também as terrinas, os pratos maiores, que poderiam ser de “pó-de-pedra”, ou “ordinários de fábrica” como eles diferenciavam.

As frascueiras e seus frascos, também as moringas e as garrafas, faziam parte das necessidades básicas, praticamente todos as tinham, dado que todos os produtos eram adquiridos à granel: o azeite, o aguardente, o vinho, etc. Os de maior fortuna poderiam possuir até dez conjuntos destes, podendo seu suporte ser de madeira da terra e alcançar o valor de até quatro mil réis. Em um dos espólios constava: “uma frascueirinha com cinco vidros (2\$000), nove moringas de vidro (16\$000), seis garrafas (3\$000)”. Estas garrafas poderiam ser brancas, escuras, verdes.

Os baús deveriam estar por todos os cantos. Eles poderiam ser de “moscóvia”,\* atingindo maior valor, ou de paparaúba, coberto de sola, de valor mais reduzido. As caixas também eram uma constante em todos os espólios e podia ser de cedro ou de “madeira da terra”, seu valor variando dos oitocentos a seis mil réis. Estes objetos podiam estar em qualquer ambiente da casa e serem depósito de roupas, utensílios, de alimentos, etc. Em alguns espólios aparecem “caixas de farinha”, mas elas deviam ser utilizadas também para guardar as carnes salgadas, o arroz, o feijão, etc.

Observamos que o requinte do interior das casas de vivenda dos proprietários na cidade estava na medida exata da rudeza verificada em suas unidades produtivas rurais. Estas possuíam um mínimo de utensílios domésticos, não mais do que um caldeirão de ferro para a preparação do alimento dos escravos; nenhum prato, nem colher, nem xícara. Supõe-se que os trabalhadores deviam mexer os alimentos com uma colher de pau ou se servir em gamelas, usar cumbuca e cabaças, de tão pouco valor que nem eram registrados nos espólios.

Voltando às casas de moradia em São Luís, aquela sociedade conhecia móveis que davam suporte a todos os objetos antes mencionados, pois a mobília era o meio de expressar a riqueza, mesmo

\* Moscóvia: espécie de couro da Rússia.

entre os pobres.<sup>25</sup> A sala onde eram feitas as refeições das famílias devia ter como centro uma mesa grande, que entre os que tinham posses, podia ter até doze lugares. As cadeiras podiam ser de palhinha, o ambiente se compondo ainda do “bofete”, presente em muitos lares a partir das médias fortunas. Este último móvel quase sempre era feito da madeira “paparaúba”. Conforme os estudos já existentes, “a mesa reunia agora múltiplas situações sociais, ela se cercava de um número crescente de móveis anexos e acessórios, louças, talheres, panos, [...] nela a alimentação foi transfigurada em relações sociais”.<sup>26</sup>

Além das bancas, os armários estavam presentes em muitos dos espólios. Eles existiam nestas terras desde o séc. XVII.<sup>27</sup> Eles podiam ser de “madeira da terra” ou de madeira nobre, alguns tinham vidro, que permitia já uma visualização do objeto procurado ou para ostentar louças finas. Com este último sentido, já cumpria função de enfeitar as salas. Este móvel era um aprimoramento, pois permitia a arrumação vertical, agilizando a procura, evitando o empilhamento, o remexer. Em apenas um inventário encontramos um armário “para livros”, sendo esta a única família a tê-los. No mesmo espólio, foi encontrado um armário “para botica”, com certeza para guardar os poucos medicamentos usados naquela época.<sup>28</sup>

Quanto às “salas de espera”, poucos móveis compunham o mobiliário deste ambiente. Entre a elite identificamos os canapés com doze cadeiras de braço, que tinham acento e encosto forrados com tecido de Damasco, que valiam até cem mil réis. Ou ainda, canapés, com vinte e quatro cadeiras de palhinha, ou vários “bancos de sala de espera”. Eles poderiam ter vários conjuntos como estes.<sup>29</sup> Os estudiosos colocam que,

A multiplicação das cadeiras mostrava a riqueza, indicam as comodidades da conversação. Os assentos sofrem a marca da classe um pouco como os trajes, e a presença deste ou daquele elemento - braço, enfeite - indicava sua destinação. A classe se traduzia menos visivelmente no mobiliário de arrumação. Arcas, bufês, armários, cômodas, guarda-louças tinham uma funcionalidade insuperável.<sup>30</sup>

Nas salas existiam ainda as mesas, que podiam ser redondas ou quadradas, de um pé, ou “com abas”. Nas casas aristocráticas as bancas ou mesas de jogos, forradas ou não, eram bastante comuns, pois se identificou várias “mesas com jogos de damas”, mesa de jogo “lavrada”, e uma “prensa de marcar cartas”,<sup>31</sup> este último objeto alcançando trinta mil réis. Acredita-se que este era um costume restrito a elite social.

Em alguns espólios foram inventariados móveis de escritório: carteiras, cofres, escrivaninha, ou “uma papelreira com três gavetas grandes (24\$000)”.<sup>32</sup> Por outro lado, tudo leva a crer que não havia um ambiente separado nos moldes do que conhecemos hoje como um escritório, mas que estes móveis eram colocados em um canto das salas onde eram tomados notas e guardados papéis importantes.

As “banquinhas de pé de cama” e as cômodas completavam a mobília do quarto, em alguns espólios foram encontradas até cinco cômodas.<sup>33</sup> As cômodas com três, quatro e até cinco gavetas eram comuns. Mais à frente aparece os guarda-roupas, já uma evolução. Além dos catres e das redes, as cobertas eram muito comuns, elas poderiam ser desde panos ordinários ao linho. Mesmo assim, poucas roupas de cama foram encontradas nos espólios, pois era costume que fossem logo partilhadas entre os familiares mais próximos. Alguns poucos quartos apresentam toucador, penteadeira, ou cabido para pendurar a roupa. Os banhos e as necessidades fisiológicas não se fazem presentes entre os objetos inventariados, em apenas um inventário, o do comerciante Raimundo Garrido, encontrou-se “um coxo para tomar banhos”.<sup>34</sup> No entanto, para o asseio matinal dos homens, eram comuns os jarros com bacia e as navalhas para fazer a barba.

A ornamentação das paredes das salas podia ser feita por crucifixos, por entalhes ou gravuras religiosas, ou ainda, imagens ou oratórios, objetos encontrados em todas as casas, das mais ricas às mais humildes, variando obviamente o valor, como a “imagem do Santo Cristo de madeira” que compunha o mobiliário dos Gomes de Sousa, em 1805, avaliado em cento e trinta e nove mil réis. Estes objetos serviam a uma devoção familiar, barroca, cheia de alegorias. Até mesmo os alforriados, de origem africana, possuíam em seus lares imagens, crucifixos. Talvez o objeto de maior valor para o alforriado Vitoriano Ramos da Silva fosse o “Santo Cristo” que possuía,<sup>35</sup> usado por sua companheira,

após sua morte, para pagar dívidas. Claramente os alforriados tinham a necessidade de se socializarem, de se identificarem com a cultura dominante. O que nos leva a ressaltar as observações de Daniel Roche: “nas escolhas que caracterizavam a economia do cotidiano se mesclavam de maneira complexa os fatores de socialização, o cultural e o antropológico e também o social e o econômico, o nível de renda e as distâncias entre as rendas e a representação dos atores”.<sup>36</sup>

Nos objetos do dia-a-dia se manifestavam as distâncias sociais e as várias influências culturais. Isto se torna claro nas denominações, por exemplo: cadeiras do Porto, as toalhas de linho de Guimarães, baú de pinho ou de “pau da terra”, madeira da terra, louça de fábrica, os aparelhos de chá da Índia, ou ainda nos objetos da terra, as redes de taboca, as cabaças, os igarités, os pilões, os tipitis.<sup>37</sup>

## Conclusão

O estudo da cultura material com base nos inventários *post mortem* manifesta a especificidade daquele momento histórico, em que as grandes fortunas conviviam com os que lutavam na linha da sobrevivência e até da indigência; onde o refinamento convivía com a precariedade. Além da diversidade étnica da população, o estudo dos objetos revela as desigualdades sociais, a concentração da riqueza entre os grandes comerciantes e os proprietários rurais. Por conseguinte, as relações sociais e os objetos trarão sempre esta marca: a tensão de grupos sociais e etnicamente diversos convivendo numa sociedade de extremamente hierarquizada. A partir do conhecimento dos espólios das famílias dominantes, fundamentalmente os brancos livres e/ou seus descendentes, vê-se que estes se mantinham encastelados em sua cultura, cercados por sua louça, seus objetos de ouro e suas vestes inconvenientes para as altas temperaturas da região. Mais ainda, as famílias de médias posses e até mesmo os pobres também buscavam aquele padrão de consumo.

Cotidianamente eram definidos os espaços, elaboradas e testadas regras sociais que permitiram a dominação de um padrão de consumo importado da Europa.

## Notas

- <sup>1</sup> Conforme José Jobson de Arruda, *O Brasil no comércio colonial*, São Paulo, Ática, 1980.
- <sup>2</sup> Henry Koster, *Viagens ao Nordeste do Brasil*, Tradução, prefácio e comentários de Luís da Câmara Cascudo. 12a ed. v.1, ABC editora. Rio, São Paulo, Fortaleza, 2003, p. 233.
- <sup>3</sup> Arquivo do Tribunal de Justiça do Maranhão, Processo de Inventário avulso de Alexandre Ferreira da Cruz, 1800, fl. 53v e 54.
- <sup>4</sup> ATJMA, Inventário de Alexandre Ferreira da Cruz, 1800, fl. 53v.
- <sup>5</sup> ATJMA, Inv. de Bernardino José Pereira de Castro, 1825, p.27.
- <sup>6</sup> ATJMA, nv. De Alexandre Ferreira da Cruz, 1800, fl. 51.
- <sup>7</sup> ATJMA, Inv. De Alexandre Ferreira da Cruz, 1800, fl. 50.
- <sup>8</sup> ATJMA. Inventário post-mortem de Maria Francisca da Silva, 1821.
- <sup>9</sup> ATJMA. Inventário post-mortem de Pedro Miguel Lamagnere, 1816.
- <sup>10</sup> Daniel Roche, *História das coisas banais: nascimento do consumo nas sociedades do século XVII ao XVIII / tradução de Ana Maria Scherer*. – Rio de Janeiro: Rocco, 2000. p. 58.
- <sup>11</sup> *História da cultura material*. In: Le Goff, Jacques. *A História Nova*. São Paulo, Martins Fontes, 1998, p. 184
- <sup>12</sup> Sérgio Buarque de Holanda, *Caminhos e Fronteiras*, Edição ilustrada, Coleção documentos brasileiros, Livraria José Olympio Editora, 1957, p. I.
- <sup>13</sup> ATJMA, Inventário do Coronel José Antonio Gomes de Souza, 1805, fl.31.
- <sup>14</sup> Daniel Roche, op. cit., p.141.
- <sup>15</sup> Conforme a escritura que instituiu o Morgado das Laranjeiras, de 20 de outubro de 1821, autorizado por provisão régia, de 20 de outubro de 1811.
- <sup>16</sup> Daniel Roche, op. cit. p. 140.
- <sup>17</sup> ATJMA, Inv. De Joaquim José Rapozo, preto forro, 1821, fl. 4.
- <sup>18</sup> Henry Koster, op. cit., p. 234.
- <sup>19</sup> Antonia da Silva Mota; Kelcilene Rose Silva; José Dervil Mantovani, *Cripto Maranhenses e seu legado*, São Paulo: Siciliano, 2000, p.190
- <sup>20</sup> ATJMA, Inv. De Miguel Ângelo Gomes, 1805, fl. 37v.
- <sup>21</sup> ATJMA, Inv. De Raimundo Garrido, 1802, fl. 129.

- <sup>22</sup> Fernand Braudel, *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII: as estruturas do cotidiano*, São Paulo, Martins fontes, 1995, v. 1, p. 221 e 222.
- <sup>23</sup> ATJMA, Inv. de Raimundo Garrido, 1802, fl. 16 a 21v.
- <sup>24</sup> ATJMA, Inv. De Alexandre Ferreira da Cruz, 1800, fl. 20v.
- <sup>25</sup> Daniel Roche, op. cit. p. 240.
- <sup>26</sup> Daniel Roche, op. cit. p. 233.
- <sup>27</sup> Bartolomeu Pereira, morador de São Luís em 1676, em seu testamento, disse possuir um armário. In: Antonia da Silva Mota, op. Cit, p. 33.
- <sup>28</sup> ATJMA, Inv. Do Coronel José Joaquim da Silva Rosa, 1804, fl. 30.
- <sup>29</sup> ATJMA, Inv. do Coronel José Antonio Gomes de Souza, 1805, fl. 81 a 84.
- <sup>30</sup> Daniel Roche, op. cit. p. 235.
- <sup>31</sup> ATJMA, Inv. do Coronel José Antonio Gomes de Souza, 1805,, fl. 91
- <sup>32</sup> ATJMA, Inv. de Alexandre Ferreira da Cruz, 1800, fl. 15.
- <sup>33</sup> ATJMA, Inv.do Coronel José Joaquim da Silva Rosa, 1804, fl. 28v.
- <sup>34</sup> ATJMA, Inv. de Raimundo Garrido, 1802, fl. 23v.
- <sup>35</sup> ATJMA, Inventário de Vitoriano Ramos da Silva
- <sup>36</sup> Daniel Roche, *História das coisas banais: nascimento do consumo nas sociedades do século XVII ao XVIII / tradução de Ana Maria Scherer*. – Rio de Janeiro: Rocco, 2000, p. 31.
- <sup>37</sup> Tipiti: cesto cilíndrico de palha em que se põe a mandioca que se quer espremer.